

Marxismo e integração indo-americana: possibilidades e perspectivas na obra de José Carlos Mariátegui

Vinícius Oliveira Santos*

Introdução

Tendo em vista a vasta e aprofundada obra teórica do peruano José Carlos Mariátegui, a inteireza de sua contribuição é praticamente desconhecida e pouco estudada no Brasil. Dos seus escritos completos, apenas uma pequeníssima parte foi traduzida e publicada no contexto editorial brasileiro. Ao mesmo tempo, Mariátegui quase nunca figura como referência marcante nos cursos acadêmicos nacionais que tratam das temáticas latino-americanas, do marxismo, ou da sociopolítica anti-imperialista. Embora existam necessárias e importantes exceções que assentam Mariátegui em uma posição que faz jus à sua envergadura intelectual, é possível notar a sua pouca dispersão no contexto científico deste país.

Em contrapartida, em outros países, Mariátegui é considerado um dos maiores pensadores da inteligência latino-americana (ZÚÑIGA, 2005). A importância de seu pensamento reside na compreensão ampla e aprofundada sobre os problemas políticos estruturais que envolvem o subcontinente latino-americano, realizando abordagens precisas relacionadas às especificidades históricas ali presentes. A interpretação histórica do autor é realizada a partir da análise política e econômica, sempre pautada em um conhecimento da própria realidade local, elemento que marca, necessariamente, uma posição política indigenista. Ao mesmo tempo, a partir de sua fundamentação calcada no materialismo histórico-dialético, a teoria mariateguiana se afasta do dogmatismo ortodoxo eurocêntrico – presente em diversos estudos de sua época – que desconsiderava as especificidades latino-americanas nas análises teóricas e nos programas de ação política.

* Professor de Sociologia da Universidade Federal de Goiás (em transição para Universidade Federal de Catalão). Doutor e Mestre pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor do livro *Trabalho imaterial e Teoria do Valor em Marx*.

E-mail: vinicius.oliv@yahoo.com.br

É importante ressaltar que o vigor das inferências de Mariátegui extrapola o contexto latino-americano, indicando ressonâncias em aspectos universais das ciências humanas. É neste sentido que Michael Löwy afirma que “José Carlos Mariátegui é não somente o mais importante e inventivo dos marxistas latino-americanos, mas também um pensador, cuja obra, por sua força e originalidade, tem um significado universal” (LÖWY, 1999, não paginado).

O objetivo principal deste artigo é apresentar os principais elementos da teoria de José Carlos Mariátegui que municiam interpretações elucidativas a respeito da necessidade de uma auto-visão e de uma ação política conjunta no contexto da América Latina. Assim, discutiremos as noções mariateguianas de marxismo indígena, dos problemas sociais dos povos indo-americanos, e do socialismo indo-americano como alternativa às degradações imperialistas impostas aos povos locais.

O caráter eminentemente teórico deste artigo remete ao levantamento bibliográfico e à revisão bibliográfica como os únicos procedimentos técnicos de pesquisa.

O marxismo indígena de Mariátegui

Os biógrafos de Mariátegui são unânimes ao salientar a importância de seu exílio na Itália (1919 – 1923) como momento central em seu processo de amadurecimento intelectual. Neste período, o autor se aproxima dos efeitos das intensas mudanças sociais desenvolvidas no período: as ocupações de fábrica, o aquecimento revolucionário provocado pela intensificação das lutas de classes, a ascensão do fascismo, e os impactos iniciais da revolução russa, e a formação do partido comunista italiano. Leila Escorsin identifica tal momento como “uma experiência teórico-política extraordinária” (ESCORSIM, 2006, p. 79).

Desta maneira, através de um profundo contato com a produção operária nos campos teórico, político, cultural e jornalístico, a envergadura intelectual de Mariátegui se adensa dentro do marxismo, de modo que, ao retornar ao Peru, o autor se autodeclarava marxista. Além disso, a experiência política adquirida foi fundamental para a formação do Partido Socialista Peruano, bem como da Central Geral dos Trabalhadores do Peru. No entanto, os marcos do marxismo mariateguiano seguiam construções extremamente particulares em relação às vertentes predominantes da época.

A mais evidente especificidade que marca a originalidade promovida por Mariátegui no campo do marxismo é o posicionamento da questão indígena como um

aspecto essencial do debate marxista. Ele o faz a partir de dois corolários básicos: em primeiro lugar, a rejeição do eurocentrismo que desdenha e desconsidera as cosmovisões e modos de vida indígenas¹; em segundo lugar, o despreço pelo chamado excepcionalismo indo-americano, corrente que preconizava um extremismo endógeno, desprezando outros saberes.

Jean Tible (2013), um dos mais eminentes estudiosos das conexões entre as perspectivas indigenistas e marxistas no Brasil, identifica que Mariátegui “indigeniza” Marx ao realizar uma espécie de “descentralização” do marxismo, superando não o método marxista, mas a perspectiva europeia, eurocêntrica ou eurocentrada. Além disso, desloca a aposta de sujeito revolucionário do proletariado modernizado para os camponeses indígenas (indianismo revolucionário).

Logo, o primeiro elemento mariateguiano que embasa uma compreensão sobre a unidade entre povos latino-americanos trata-se da origem indígena dos povos originários que incide em uma situação comum da população local após a invasão europeia colonial. Tal postulado, somado à incorporação da perspectiva marxista enquanto método de análise, permitiu que Mariátegui elaborasse conclusões inovadoras para o estudo das questões latino-americanas.

Contrariando as tendências epistemológicas de sua época – tanto aquelas inseridas no marxismo ortodoxo que desconsiderava as particularidades locais em nome de um proletariado fabril dos moldes europeus, quanto as noções fundamentadas em um indianismo unilateral – o pensador peruano elabora uma nova compreensão para o chamado “o problema do índio” gerado pelo processo colonizador nas sociedades indo-americanas.

Para tratar do problema do índio, ou seja, os inúmeros problemas de cunho social impostos às populações tradicionais da América Latina, Mariátegui (2008) se contrapõe, principalmente, às seguintes interpretações latentes nas formulações teóricas e populares de sua época:

1. O problema do índio seria um problema étnico a ser resolvido com a miscigenação. Trata-se de um ideário imperialista do ocidente branco, de cunho predominantemente culturalista, que promovia um elogio à miscigenação e a enxergava com caracteres harmoniosos e geradores de uma identidade nacional.

¹ “Cosmovisão” aqui empregada no sentido de é um conjunto ordenado de valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções de natureza preponderantemente intuitiva. As cosmovisões indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo.

2. O problema do índio se originaria por desvios de cunho moral. Há, neste argumento, a ideia de que os conflitos promovidos contra os indígenas seriam motivados por desvios de conduta dos agressores. Segundo Mariátegui, esta seria uma concepção liberal que cristaliza uma forma infrutífera de combater o massacre indígena e a desapropriação.

3. O problema indígena seria de cunho religioso, isto é, caso os indígenas professassem a fé cristã, seus problemas seriam amenizados. O autor rebate tal perspectiva indicando o fato de que a conversão ao cristianismo não modificou a sorte dos indígenas.

4. O problema do índio teria como fator determinante a falta de educação formal (escolarização). De acordo com Mariátegui, os métodos pedagógicos estão imbricados com as fundamentações sociais e políticas. Logo, uma educação branca nunca transformaria positivamente o problema indígena.

A hipótese de Mariátegui pode ser sintetizada na afirmação de que o problema indígena deveria ser encarado a partir de termos sociais, econômicos e políticos impostos a ferro e fogo pela cultura e pelo modo de produção capitalista². Longe de interpretar que se trata de um problema do passado, mas sim um problema do presente, é necessário apontar que as graves consequências materiais e morais imputadas nos povos indo-americanos são de ordem das relações concretas, identificando-se, primeiramente, com a questão da propriedade da terra:

A solução do problema do índio tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios [...] Não nos contentemos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (MARIÁTEGUI, 2008, p. 67).

Com isto, o autor resgata uma hipótese marxista central segundo a qual a instauração do modo de produção capitalista pressupõe a expropriação de populações tradicionais que promove a separação entre trabalhadores e o principal meio de produção (propriedade da terra). Por tal razão, a reivindicação perfeitamente materialista citada acima demonstra que Mariátegui pensa o passado pré-colombiano como uma raiz histórica necessária para a formação e compreensão contemporânea

² “O problema indígena já não admite a mistificação a que perpetuamente o submeteu uma turba de advogados e literatos, consciente ou inconscientemente mancomunados com os interesses da casta latifundiária. A miséria moral e material da raça indígena aparece muito claramente como uma simples consequência do regime econômico e social que sobre ela pesa há séculos” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

dos povos indo-americanos, sendo importante a formulação de uma nova forma de agir mediante a consolidação da sociedade capitalista:

Fica, pois, esclarecido que da civilização incaica nos preocupa mais o que permaneceu do que o que morreu. O problema do nosso tempo não é saber como foi o Peru. É, sim, saber como é o Peru. O passado nos interessa na medida em que pode nos servir para explicar o presente. As gerações construtivas sentem o passado como uma raiz, como uma causa. Jamais o sentem como um programa (MARIÁTEGUI, 2008, p. 317-318).

Se os povos indo-americanos padecem dos males originados pelo mesmo problema (a expropriação forçada do acesso à terra pelos colonizadores europeus), a reivindicação geral e fundamental, de acordo com o autor, se assenta na restituição fundiária dos povos originários, tema central da teoria mariateguiana que discutiremos no item que se segue.

A questão indígena e o problema da terra nos países latino-americanos

O problema que origina as situações de desigualdade nos povos latino-americanos está conectado com a questão agrária. Dentro da obra de Mariátegui, a principal temática que fundamenta uma noção integrativa no contexto latino-americano se refere aos debates promovidos a partir da explanação da situação comum dos povos indo-americanos em relação à propriedade da terra. A abordagem de tais elementos é necessária pela razão evidente de que a reivindicação agrária seria a base do socialismo indo-americano, que constitui a proposta de ação política do autor tendo em vista uma unidade reivindicatória dos povos ameríndios³.

Tal questão não envolve apenas uma preocupação materialista, incidindo também em aspectos de caráter tradicional balizadores da população latino-americana. A correlação entre tais povos à terra tem imbricações históricas referenciadas nos caracteres de tradição. Tal seria o fulcro principal para a análise da questão indígena x problema da terra nos países ameríndios:

A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que 'a vida vem da terra' e volta à terra. Finalmente, o índio pode ser indiferente a tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente (MARIÁTEGUI, 2008, p. 63).

³ Embora Mariátegui frequentemente se refira à população peruana – os povos herdeiros da civilização Inca –, é possível que vários paralelos sejam traçados também com as diversas populações que compõem os demais países indo-americanos.

As sociedades indo-americanas eram baseadas na propriedade comum da terra. Embora não houvesse uma noção de propriedade posta em termos eurocentrados, é notória a relação de profunda integração entre tais povos e posse da terra para as mais variadas atividades e funções sociais. Isso remonta a uma forma de sociabilidade estruturada a partir de relações sociais de produção, coletivas, comunais, que são o fundamento das demais áreas da vida espiritual, familiar, cultural etc.

Logo, a integração entre humanidade e natureza nessas sociedades, perpassa, necessariamente, pela proximidade com o uso livre, irrestrito e ampliado da terra. No entanto, a terra, além de constituir o acesso às profundezas espirituais do índio, também constituía e constitui o fulcro da disputa entre as classes sociais estabelecidas no contexto latino-americano. A colonização europeia, que unifica a situação de muitas centenas de povos diferentes entre si, deve ser entendida, primeiramente, do ponto de vista da expropriação indígena, e a consequente separação entre os povos indo-americanos e seus territórios ancestrais.

O tipo fundiário promovido historicamente pela colonização, imposto coercitivamente através de violências e abusos das mais variadas ordens, é o latifúndio em constante expansão. Com isso, o processo de expropriação não remete a um fenômeno isolado no passado colonial, mas uma característica da sociedade capitalista que segue avançando, com algumas particularidades, no tempo histórico dos dias atuais em todas as sociedades latino-americanas.

A propriedade comum da terra, relação social básica dos povos indo-americanos, é constantemente destruída por um duplo processo: expansão latifundiária e desenvolvimento técnico nas atividades de agricultura e extração. Assim, segundo Mariátegui (2008) a expansão do latifúndio não pode ser vista apenas como uma expansão de grande porção de terra sob a insígnia da propriedade privada, mas como uma grande empresa capitalista de produção agrícola. O latifúndio agrícola também possui caráter de sociabilidade técnica no que se refere à industrialização da agricultura: técnicas avançadas de cultivo, uso da maquinaria, utilização racional de desenvolvimentos da indústria química, entre outras, que carregam enormes consequências destrutivas às populações locais.

O pensamento mariateguiano é muito preciso no sentido de identificar o problema indígena e propor a luta pela terra como aspecto principal da luta nas sociedades erigidas em territórios indo-americanos. Com isso, coloca-se o indígena como sujeito reivindicatório principal:

O problema indígena se identifica com o problema da terra. A ignorância, o atraso e a miséria dos indígenas não são, repetimos, senão a consequência de sua servidão. O latifúndio feudal mantém a exploração e a dominação absolutas das massas indígenas pela classe proprietária. A luta dos índios contra os “gamonais” baseou-se invariavelmente na defesa de suas terras contra a absorção e o despojo. Existe, portanto, uma instintiva e profunda reivindicação indígena: a reivindicação pela terra. Dar um caráter organizado, sistemático, definitivo, a esta reivindicação, é a tarefa que temos o dever de realizar ativamente (MARIÁTEGUI, 1991, não paginado).

Mariátegui identifica que a instauração do latifúndio na América do Sul se deu por razões de ordens diversas quando comparadas com a promoção do latifúndio em solo. Embora a política de cercamentos, que inaugura a forma de propriedade capitalista do solo em países como a Inglaterra, também tenha a expropriação forçada e violenta dos camponeses como ação central, há uma diferença fundamental que marca os dois lugares.

Em países como Rússia, Inglaterra, França, a produção agrícola capitalista logrou êxito em relação às formas agrícolas das propriedades comunais, pois a capitalização das terras e das técnicas agrícolas representou um aumento imenso de produtividade em relação à atividade camponesa. O clima inóspito, a pouca diversidade biológica, as crises hídricas dificultam a produção tradicional, e estimulam o desenvolvimento capitalista. É por isso que Marx (2013) afirma que a gênese da sociedade capitalista não está nas exuberantes matas tropicais da América, mas sim no clima frio europeu.

No caso da América do Sul, a comparação entre latifúndio e produção tradicional é completamente desfavorável ao latifúndio. Ao contrário do contexto europeu, onde o latifúndio logrou um imenso acréscimo na produtividade, nas terras indo-americanas não houve grande acréscimo na produtividade. Utilizando os dados disponíveis na época, Mariátegui demonstra que produção relativa das comunidades locais não é inferior às produções latifundiárias: “[...] todos os dados disponíveis autorizam a sustentar que os rendimentos dos cultivos das comunidades não são, em média, inferiores aos cultivos dos latifúndios” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 98). Logo, a inserção do latifúndio nas terras indo-americanas não se deu por razões de produtividade, mas sim, por motivações relacionadas à dominação política.

Deste modo, Mariátegui antecipa um debate que só muito recentemente é feito no Brasil: a produção, chamada de orgânica, que utiliza sistemas agroecológicos, se mostra mais produtiva que a do agronegócio. Isso se deve à razão segundo a qual a importação da técnica agrícola baseada no latifúndio e na monocultura não faz

sentido ambiental na América do Sul, propiciando o surgimento de pragas e desequilibrando o ambiente natural das culturas⁴.

Por esta razão, quando Mariátegui estabelece a centralidade da questão indígena dentro do debate marxista, notamos que ali residem primorosos elementos que fundamentam, do ponto de vista sociológico e político, noções integrativas das sociedades latino-americanas.

Primeiramente, há a identificação da precariedade universal dos povos indo-americanos a partir de um ensejo comum: a expropriação forçada e violenta que promove a separação entre tais populações e a terra. Em segundo lugar, a explanação de que os problemas oriundos da colonização são de ordem social e política⁵, e requerem uma solução coletiva, universal e comum que restitua a propriedade da terra às populações locais. Em terceiro lugar, a noção segundo a qual, os conhecimentos e as práticas sócio-produtivas endógenas à América Latina não possuem disparidade negativa em relação às práticas europeias, isto é, do ponto de vista da produção agrícola, a efetividade do cultivo tradicional é, muitas vezes, superior à produção latifundiária (relativamente).

A hipótese central deste texto, segundo a qual as indicações de Mariátegui podem ser utilizadas em uma apreensão integrativa da América Latina, se completa com a explanação do que o autor chama de Socialismo Indo-Americano. Trata-se de uma noção própria de que o socialismo no contexto latino-americano deveria resgatar influências das formas sociais comunitárias, coletivas e comunais dos povos indígenas pré-invasão europeia.

O Socialismo Indo-Americano

A nossa análise sobre os textos de Mariátegui se encerra com a apresentação de sua inovadora concepção a respeito de um projeto de sociedade pós-capitalista. Aqui repousam outros elementos mariateguianos que permitem o estabelecimento de uma

⁴ No site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é possível encontrar vários estudos que fundamentam tal hipótese, demonstrando que a produção orgânica supera, em produtividade, a produção convencional em várias culturas. Vide, por exemplo, Embrapa (2006, 2019) que são alguns dos vários casos em que o sistema orgânico atinge níveis de produtividade superiores à produção da monocultura.

⁵ “O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos. Deixamos de considerá-lo abstratamente como problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político. E assim o sentimos, pela primeira vez, esclarecido e demarcado” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

noção em relação à integração dos povos da América Latina. Eles perpassam pela crítica ao capitalismo e pelo vislumbre programático de uma sociedade igualitária.

Tanto na perspectiva teórica, quanto na perspectiva da luta cotidiana, o pensador peruano se pautava pela crítica ao modo de produção capitalista. No entanto, o fazia de forma totalmente inversa quando comparado aos marxistas de sua época, que detinham inspirações stalinistas, e, por isso, profundamente etapistas⁶. A inovação de Mariátegui no campo de uma teoria socialista é ter relacionado os preceitos do socialismo com o indigenismo:

Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se. O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas –a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. Nosso socialismo, pois, não seria peruano –sequer seria socialismo– se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas. Nessa atitude, não se esconde nenhum oportunismo. Não se descobre nenhum artifício, se se pensa por dois minutos no que é socialismo. Esta atitude não é postiça, fingida ou astuta. É apenas socialista (MARIÁTEGUI, 2005, p. 110).

Com isso, Mariátegui se diferencia tanto do marxismo ortodoxo, que enxergava como sujeito revolucionário apenas o trabalhador fabril nos moldes eurocentrados, quanto do indigenismo não-marxista, que se pautava apenas pelos particularismos locais como fator propulsor de superação do imperialismo.

O pensamento mariateguiano articula a questão indígena e o socialismo a partir de outros pontos de vista. As formas coletivistas originárias dos povos indo-americanos – que podem ser consideradas como um comunismo antigo –, cujos traços ainda seriam visíveis no grosso da classe trabalhadora local, são formas de sociabilidade que só poderiam se aflorar em uma sociedade eminentemente socializada. Logo, o socialismo, para Mariátegui, deveria ser fortemente arraigado na ancestralidade tradicional dos povos indo-americanos.

Há, portanto, a elaboração de uma concepção segundo a qual as noções indígenas referentes à propriedade coletiva da terra deveriam constituir o fundamento elementar do socialismo latino-americano. Não se trata de um retorno ao

⁶ O “etapismo stalinista” é uma concepção segundo a qual, para alcançar o socialismo, seria necessário o desenvolvimento por etapas determinadas. No caso de “sociedades atrasadas” a classe trabalhadora deveria se aliar com certos setores sociais para promover o desenvolvimento análogo ao capitalismo, para só depois se promover a instauração do socialismo, pois a revolução não poderia ocorrer em nosso continente porque várias condições necessárias ao socialismo estavam ausentes.

passado, mas do resgate das relações originárias dos povos para a superação da desigualdade capitalista e instauração de outra forma social.

Mariátegui (2005), em seus embates teóricos e políticos no contexto peruano, percebeu que as formas de organização mais desenvolvidas dentro do chamado comunismo primitivo estão relacionadas com a sociedade inca, onde a posse da terra e a fruição da produção social eram eminentemente coletivizadas. Logo, deveria haver na construção socialista o resgate do espírito tradicional indígena:

Cremos que, entre as populações “atrasadas”, nenhuma reúne, como a população indígena inca, condições tão favoráveis para o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e no profundo espírito coletivista, transforme-se sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista (MARIÁTEGUI, 1991, p. 244).

Considerações Finais

Embora o autor peruano tenha dado centralidade às questões peruanas, é notória em sua obra a concepção segundo a qual o socialismo latino-americano deveria seguir preceitos originais e próprios, centrados em uma teoria da ação política universal. Deste modo, existem indicações da necessidade de uma ação geral dos povos da América Latina, bem como a preocupação em articular as questões endógenas indo-americanas com as lutas das classes populares ao redor do mundo que estavam embasadas no marxismo revolucionário. A construção de um novo tipo de sociedade, socialista por suposto, não deveria copiar o caminho europeu, mas perpassar por caminhos calcados nas tradições milenares indo-americanas.

Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova (MARIÁTEGUI, 2005, p. 120).

A título de conclusão do texto em tela, convém mencionar que, a partir das indicações de Mariátegui, o resgate de elementos ancestrais latino-americanos para a construção de um programa societal indo-americano vai além da propriedade coletiva da terra e do usufruto comum dos produtos do trabalho social. Há, também, a problematização entre a expansão social e a destruição da natureza. O socialismo indo-americano de Mariátegui nos permite estabelecer diferentes noções

relacionadas entre a integração de humanidade e natureza, vislumbrando outros contatos entre as formas sociais e as formas naturais. Se o indigenismo pressupõe um contato respeitoso e equilibrado entre a atividade humana e a natureza, o socialismo não poderia desprezar essa potencialidade.

Além disso, se a ação política deve se basear em uma auto-compreensão da realidade ancestral com vistas à preservação de elementos originários, é mister a consideração da antiga integração dos povos latino-americanos. Diversas evidências históricas demonstram que os povos indígenas da América Latina não eram povos isolados, ao contrário do que afirma o discurso dominante. Existiam diversos caminhos de interconexão desses povos, como o chamado Caminho do *Peabiru* que ligava o litoral do sul do Brasil até Cusco, no Peru⁷; trilhas que ligavam o México à América do Sul⁸, bem como a evidência de dispersão de culturas brasileiras em ilhas remotas do Caribe⁹.

Assim, se o socialismo indo-americano é embasado em uma ação social e política que privilegia o resgate de elementos socioculturais tradicionais, a integração latino-americana e a conexão entre seus povos deve ser um aporte da luta contra o imperialismo e contra os efeitos nocivos do modo de produção capitalista.

Referências

BOND, Rosana. Aleixo Garcia: **Algo mais sobre a saga do descobridor dos incas**. Rio de Janeiro: Aimberê, 2014.

CORDIVIOLA, Alfredo. Um itinerário ilustre: o caminho México-Veracruz nas letras coloniais. **Alea**, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2019000100229&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LÖWY, Michael. Marxismo e romantismo em Mariátegui. **Revista teoria e debate**. 41. ed. 1999. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1999/05/01/marxismo-e-romantismo-em-mariategui/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

⁷ Este caminho permitiu que o português Aleixo Garcia conhecesse e realizasse saques ao Império Inca antes dos espanhóis, sendo guiados por indígenas carijós. Em lugares de difícil acesso, o caminho foi pavimentado com pedras. Há, até hoje, em alguns trechos a presença de inscrições rupestres, mapas e símbolos astronômicos de origem indígena (BOND, 2014).

⁸ De acordo com Cordiviola (2019), diversos caminhos entre o México e a América do Sul foram traçados a partir do conhecimento de mobilidade dos indígenas locais.

⁹ O portal *Alimentus* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul afirma que o abacaxi, uma fruta de morfologia brasileira, foi encontrada por Cristóvão Colombo em sua segunda viagem à América, evidência que prova a dispersão de culturas entre os povos ameríndios.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Marxismo e integração indo-americana: possibilidades e perspectivas na obra de José Carlos Mariátegui

DOI: 10.23899/9786589284109.132

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas en la América Latina. In: QUIJANO, A. José Carlos **Mariátegui**: textos básicos. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1991.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

TIBLÉ, J. José Carlos Mariátegui: Marx e América Indígena. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 6, p. 97-114, 2013. Disponível em:

<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10777>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ZÚÑIGA. Oscar Raúl Sandoval. El problema de la tierra y la cuestión indígena en la obra siete ensayos de interpretación de la realidad peruana de José Carlos Mariátegui. **Revista Porik An**, Popayan, n. 9, 2005.